

**Memória e reconstrução imagética: documentário de Susanna Lira
Torre das Donzelas como espaço afetivo de resistência**

***Memoria y reconstrucción imagética: el documental de Susanna Lira
Torre das Donzelas como espacio afectivo de resistencia***

Deise Cristina PIRES¹

Resumo

O presente artigo analisa o documentário *Torre das Donzelas* (Susanna Lira, 2018), com o objetivo de compreender como os recursos estéticos e simbólicos empregados na obra transformam a memória em um gesto político e terapêutico. Por meio de elementos visuais, como o uso do giz branco, ex-presas políticas materializam suas lembranças e ressignificam experiências marcadas pela repressão da ditadura militar. Ao articular memórias individuais e coletivas, o documentário constrói um espaço de resistência no qual a dor é convertida em reflexão e expressão artística. As narrativas evidenciam dimensões subjetivas e sociais do encarceramento feminino, reafirmando o papel dessas mulheres na luta pela democracia e pela liberdade de expressão. Assim, a obra se configura como um dispositivo de preservação da memória histórica e de reafirmação identitária no contexto do audiovisual brasileiro.

Palavras-chave: Documentário. Memória. Estética. Resistência. Direitos Humanos.

Resumen

El presente artículo analiza el documental *Torre das Donzelas* (Susanna Lira, 2018), con el objetivo de comprender cómo los recursos estéticos y simbólicos empleados en la obra transforman la memoria en un gesto político y terapéutico. A través de elementos visuales, como el uso de la tiza blanca, ex presas políticas materializan sus recuerdos y resignifican experiencias marcadas por la represión de la dictadura militar. Al articular memorias individuales y colectivas, el documental construye un espacio de resistencia en el que el dolor se convierte en reflexión y expresión artística. Las narrativas evidencian dimensiones subjetivas y sociales del encarcelamiento femenino, reafirmando el papel de estas mujeres en la lucha por la democracia y la libertad de expresión. De este modo, la obra se configura como un dispositivo de preservación de la memoria histórica y de reafirmación identitaria en el contexto del audiovisual brasileño.

Palabras clave: Documental. Memoria. Estética. Resistencia. Derechos humanos.

¹ Mestranda em Comunicação e Linguagens, Linha de Pesquisa Estéticas e Tecnologias do Audiovisual. Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). E-mail: cristorelli2@gmail.com

Introdução

O presente artigo investiga o documentário *Torre das Donzelas* (Susanna Lira, 2018), destacando seu papel na reconfiguração da memória histórica e na expressão da resistência feminina durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). A obra, que traz depoimentos de mulheres presas na ala feminina do Presídio Tiradentes, em São Paulo, utiliza reconstruções cenográficas para recriar o ambiente de repressão e violência. Entre os relatos está o da ex-presidente Dilma Rousseff, cuja prisão aos 22 anos exemplifica o engajamento político juvenil e a brutalidade institucional (convém observar que este é o único depoimento que não aconteceu no espaço cenográfico criado para a produção, pois a então presidente da República vivenciava um processo delicado de investigações que antecederam o seu impeachment). Ao promover a reconstrução de experiências marcadas por torturas e desafios, o documentário propõe uma ressignificação do passado ao oferecer uma perspectiva que dialoga com debates contemporâneos sobre memória, direitos humanos e processos identitários.

O período da ditadura militar no Brasil foi o regime autoritário instaurado no país entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. Esta fase configurou momentos de intensa repressão política, cujas consequências reverberam até os dias atuais. Em meio a esse contexto, narrativas pessoais de resistência emergem como ferramentas essenciais para a construção de uma memória coletiva crítica. O documentário *Torre das Donzelas* se apresenta como um importante registro audiovisual ao revisitar experiências de mulheres encarceradas na ala feminina do Presídio Tiradentes. Por meio de depoimentos coletados em meio às construções cenográficas, a obra documenta fatos históricos e enfatiza a dimensão subjetiva das vivências marcadas pela violência e resiliência.

Este artigo propõe uma reflexão que vai além da cronologia dos eventos ao explorar a interseção entre memória, afeto, identidade e resistência na narrativa cinematográfica contemporânea, buscando ampliar a observação de como essa vivência no cárcere proporcionou a essas mulheres a necessidade de se reinventarem, de buscarem uma nova existência ou, melhor, resistência, a partir do sofrimento.

O texto fundamenta-se na ideia de que histórias de vida individuais podem revelar perspectivas sobre os processos de resistência em regimes autoritários. Ao dar protagonismo a relatos, promove uma reflexão crítica sobre a formação da memória

coletiva. Por meio dessas vozes, torna-se possível compreender como o passado, atravessado por episódios de tortura e violações de direitos humanos, é ressignificado em um elemento ativo na construção de identidade e resistência social. Assim, busca-se realizar uma investigação qualitativa que combina análise fílmica com análise discursiva, tendo o propósito de compreender como o documentário *Torre das Donzelas* utiliza recursos estéticos e narrativos para reconstruir memórias de resistência ao regime militar brasileiro.

A análise fílmica de *Torre das Donzelas* envolve o exame dos elementos cinematográficos que estruturam o documentário. É observado nesse ponto categorias como montagem, iluminação e planos, que são essenciais para a construção narrativa. A montagem é analisada para entender como a sequência das cenas cria ritmo e emoção, enquanto a iluminação é estudada para observar como realça aspectos emocionais ou simbólicos. Planos específicos, como close-ups, são avaliados por sua capacidade de intensificar a conexão emocional com as personagens. Na análise discursiva, são investigadas a construção narrativa e suas nuances, como a escolha lexical, o tom das entrevistas e a estrutura narrativa, sendo possível, por meio delas, identificar como a linguagem usada nas entrevistas e o sequenciamento das falas articulam as experiências das mulheres retratadas.

É oportuno perceber como o filme transforma a rememoração em um gesto político, ao dar visibilidade a vozes que foram silenciadas. A reconstrução cenográfica, especialmente da icônica *Torre das Donzelas* — conjunto de celas femininas no referido presídio paulista, demolido em 1972 —, é analisada como uma estratégia que transporta o espectador ao contexto opressor vivido pelas ex-presas políticas, o que estimula uma imersão sensorial que favorece a compreensão do impacto psicológico causado naquele período. Ao revisitar o espaço prisional por meio de desenhos feitos com giz branco e recriações cênicas, o documentário promove um diálogo entre a memória individual e coletiva, evidenciando a relação entre o ambiente físico da repressão e as marcas subjetivas deixadas em cada mulher. O artigo destaca, ainda, a importância da trajetória de figuras emblemáticas, como a da ex-presidente Dilma Rousseff, que também esteve encarcerada na *Torre das Donzelas*. A presença de Dilma, assim como a de outras militantes, não é apresentada como um detalhe histórico isolado, mas como parte de uma narrativa que reitera a força da resistência feminina frente à violência institucional.

O que se busca, portanto, é evidenciar como o documentário, ao articular memória, discurso e recursos estéticos, constrói uma narrativa que reconfigura o passado de maneira crítica. A reconstrução cenográfica é examinada como elemento que potencializa a imersão do espectador na experiência histórica, permitindo uma leitura que conecta o espaço físico da opressão com a subjetividade das testemunhas. A presença de relatos como o da então presidente Dilma Rousseff (que, como já mencionado, tinha 22 anos quando foi presa, no dia 16 de janeiro de 1970) traz à tona sua experiência, marcada por um engajamento precoce e pela brutalidade do encarceramento, exemplificando a luta contra a opressão e a força transformadora da memória, e promove uma reflexão sobre o papel dos registros orais na formação da memória coletiva, evidenciando como o testemunho pessoal pode desafiar narrativas oficiais e silenciar omissões históricas.

Estética da memória e resistência sensível: do testemunho individual à experiência coletiva

Construção visual da memória no documentário

O documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido por Susanna Lira, foi lançado no Brasil no dia 19 de setembro de 2019, com produção da própria Susanna Lira e de Livia Nunes; direção de arte de Glaucete Queiroz; cinematografia de Tiago Tambelli; e roteiro de Susanna Lira, Michel Carvalho, Muriel Alves e Rodrigo Hinrichsen. A obra aborda a memória coletiva de mulheres que foram presas políticas durante a ditadura militar no Brasil. A interseção entre depoimentos e recriações visuais no documentário não é apenas uma escolha estética, mas um recurso fundamental para transmitir o processo de resgate e reconstrução da memória. As entrevistas são entrelaçadas com imagens subjetivas e com a reconstrução cenográfica do ambiente carcerário, baseada nas descrições das próprias mulheres. O espaço da prisão é reconstituído, dando lugar a uma espécie de cenário da memória, no qual as ex-presas retornam fisicamente, mas, sobretudo, emocionalmente, ao passado.

Os depoimentos compartilham vivências de resistência, solidariedade e dor e, paradoxalmente, também de afeto e companheirismo no cárcere. O ato de narrar essas experiências é, por si só, um exercício de memória e um gesto político. Ao contarem o que viveram, elas reivindicam o direito à sua história e reforçam a importância de lembrar

o passado para que as violações de direitos humanos não se repitam. A recriação da *Torre das Donzelas* funciona como um dispositivo de imersão. As imagens subjetivas, como os desenhos que ilustram as lembranças das entrevistadas, desempenham um papel fundamental na construção da atmosfera do documentário. Elas não buscam uma fidelidade histórica absoluta, mas procuram capturar a essência emocional das memórias relatadas. O uso de aparato documental e de encenações que materializam essas lembranças permite o acesso à intensa carga psicológica daquele período, destacando as condições físicas da prisão e as marcas emocionais deixadas por essa experiência.

O documentário *Torre das Donzelas* utiliza uma paleta de cores predominantemente sóbria, com tons escuros e apagados, que evocam a sensação de opressão e a dureza da memória traumática. A iluminação é frequentemente baixa, criando sombras que sugerem a constante vigilância e o medo vivenciados pelas presas políticas. O contraste entre luz e escuridão não é apenas um recurso visual, mas uma metáfora para a luta entre repressão e resistência. O uso dessas cores também reforça a ideia de que a memória do cárcere não é apenas uma lembrança, mas uma marca emocional que persiste ao longo do tempo.

A trilha sonora é discreta, mas cuidadosamente trabalhada para intensificar as emoções das cenas. A música não domina a narrativa, mas atua como um elemento que amplia a sensação de angústia, resistência e, por vezes, de esperança. Momentos de maior carga emocional, como os relatos de tortura e sofrimento, são acompanhados por sons suaves e melancólicos, que sublinham a dor sem torná-la sensacionalista. A trilha funciona como fio condutor emocional, ligando o espectador às vivências das personagens, e ressalta a complexidade das memórias retratadas.

Resistência feminina

A questão da mulher presa pelas forças da repressão impõe, além da violência física, também sofrida pelos homens, a tortura por meio da violência sexual. O “existir”, apesar de toda a dor física e psicológica à qual foram brutalmente submetidas, torna-se um ato de resistência que desafia a tentativa de apagamento de suas trajetórias e identidades. Ao resgatar e ressignificar suas memórias afetivas, mantêm viva a história de sua luta e constroem novos caminhos para a transformação social. Essa combinação de memória, afeto e resistência reafirma que é possível, mesmo sob condições extremas,

desenvolver a capacidade de resistir e reconstruir a própria identidade. De acordo com Ribeiro (1996, p. 36), sistemas opressores buscam criar “zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões”.

Para entender a dimensão da violência que atingiu as mulheres durante o período da repressão militar no Brasil, é fundamental considerar dados que evidenciam a gravidade da situação. A citação abaixo destaca não apenas os horrores enfrentados por essas mulheres, mas também a participação significativa delas em movimentos de resistência. Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, “Houve mulheres sequestradas, torturadas, estupradas, assassinadas e desaparecidas. O Projeto Brasil Nunca Mais analisou os casos de 7.367 militantes processados pela Justiça Militar, e, desses, 12% eram mulheres. O Estado-Maior do Exército fez um levantamento de presos políticos que se encontravam nos quartéis, em um determinado momento do ano de 1970, e chegou a um total de mais de 500 militantes. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, e 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do Pará entre 1972 e 1975, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres” (BRASIL, 2014, p. 327-380).

Houve mulheres sequestradas, torturadas, estupradas, assassinadas e desaparecidas. O Projeto Brasil Nunca Mais analisou os casos de 7.367 militantes processados pela Justiça Militar, e, desses, 12% eram mulheres. O Estado-Maior do Exército fez um levantamento de presos políticos que se encontravam nos quartéis, em um determinado momento do ano de 1970, e chegou a um total de mais de 500 militantes. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, e 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do Pará entre 1972 e 1975, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres (BRASIL, 2014, p. 327-380).

Diante da brutalidade do regime, mulheres presas não apenas sobreviveram, mas criaram formas de existência dentro da prisão, ressignificando a dor e transformando o ambiente hostil em um espaço de fortalecimento coletivo. A experiência do confinamento, ao invés de apenas silenciar e anular suas trajetórias, transforma-se em um momento de reafirmação ideológica e de resistência emocional. Entre as estratégias de enfrentamento, destacam-se a construção de laços de solidariedade, a troca de conhecimento e a valorização das memórias compartilhadas, fatores que contribuíram para impedir que o isolamento psicológico rompesse os vínculos com a luta política (Valdes; Vicente, 2024). Nesse contexto, a ideia de existência se manifesta como uma resposta à tentativa de apagamento imposta pelo regime ditatorial. As presas políticas, ao

longo de seu encarceramento, reinventaram formas de convivência e fortalecimento, criando redes de apoio que iam além da sobrevivência física.

O viés coletivo da reconstrução das narrativas individuais

A estética visual adotada transcende a simples reconstrução histórica, ao entrelaçar relatos de ex-presas políticas com uma cenografia cuidadosamente elaborada. A recriação do ambiente prisional é enriquecida por elementos visuais que evocam a memória de maneira sensível e subjetiva. Os desenhos feitos com giz branco em uma lousa escura, criados pelas próprias sobreviventes, funcionam como janelas para o passado e permitem ao espectador entrar em contato com as emoções que marcaram aquelas vivências. Assim, o filme constrói um espaço de memória que não se limita ao que foi dito ou vivido, mas se expande na sutileza dos traços e na intensidade das palavras.

As escolhas estéticas da obra reforçam essa atmosfera de dor e resistência. A predominância de tons escuros, combinada a uma iluminação meticulosamente produzida, cria uma sensação de opressão que remete ao período de encarceramento e tortura. O contraste entre luz e sombra ambienta o cenário e materializa a luta constante entre o esquecimento e a memória, entre os direitos humanos e a violação deles. O som desempenha papel fundamental ao entrelaçar, com sensibilidade, as vozes das mulheres que viveram o cárcere durante o regime militar. Essas narrativas formam uma espécie de coro coletivo que dá corpo à diversidade de vivências e ao sentimento de resistência compartilhada. A trilha sonora intensifica as emoções que atravessam a obra. Sons sutis e melodias carregadas de significado conduzem o espectador pelos labirintos da memória, ressaltando tanto a dor e a angústia do passado quanto a força e a resiliência que emergiram desse período.

Essa imersão sensorial é construída a partir de uma relação dinâmica entre som e imagem, criando uma atmosfera que ultrapassa a narrativa linear e convida à empatia. O filme, nesse sentido, dialoga com os conceitos de sociosemiótica e “partilha do sensível”, abordados por Eric Landowski (2005) e Jacques Rancière (2007). Essa interação não se restringe a uma simples representação dos acontecimentos, mas configura um processo de troca sensível entre quem assiste e o que é narrado. O documentário propõe, assim, uma experiência de contágio emocional, na qual as histórias individuais se conectam ao

coletivo, permitindo que o público não apenas compreenda intelectualmente os eventos retratados, mas os sinta de maneira profunda.

Espaços de memória: a torre imaginária como espaço simbólico do resistir

A reconstrução da Torre das Donzelas se mostra como um processo simbólico de reconstrução identitária. Ao revisitarem aquele ambiente, elas revivem suas histórias de resistência e reafirmam sua identidade política e sua luta por democracia e justiça social. O cenário se transforma em um território de memória.

A reflexão sobre a memória e sua relação com a identidade é essencial para compreender como os indivíduos lidam com experiências traumáticas, especialmente em contextos de repressão. O impacto da coerção da memória afeta a coletividade, além de incidir diretamente sobre cada pessoa, moldando suas vivências e percepções. Nesse sentido, a citação a seguir ilustra a profundidade desse processo. Essa perspectiva enfatiza a importância de resgatar as memórias pessoais como um caminho para a reconstrução da identidade em meio ao trauma.

Porque a coerção da memória incide definitivamente sobre o indivíduo, e somente sobre o indivíduo, assim como a revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com o próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a lembrar, a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade (NORA; KHOUR, 2021, p. 64).

A “torre imaginária” apresentada no documentário é uma reconstrução simbólica baseada nas lembranças coletivas das ex-presas. O espaço físico torna-se a representação de um território psicológico e político, onde as histórias de sofrimento e solidariedade se entrelaçam. *Torre das Donzelas* apresenta o processo de rememoração como um ato de resistência e reconstrução identitária. Por meio de uma abordagem estética que mescla depoimentos emocionantes e recursos visuais simbólicos, convida as ex-presas políticas a revisitarem suas experiências durante o regime militar brasileiro. O ato de lembrar, nesse contexto, transcende o âmbito pessoal e se insere em uma dinâmica coletiva, na qual a memória é compartilhada e resignificada. Como observa o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006, p. 48), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a

memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Além disso, o documentário dialoga com a noção de que lembrar é um gesto ativo, inserido no fazer cotidiano da existência. Paul Ricoeur (2007, p. 134) explica que lembrar-se “é fazer algo: é declarar que se viu, fez, adquiriu isso ou aquilo. E esse fazer memória inscreve-se numa rede de exploração prática do mundo, de iniciativa corporal e mental que faz de nós sujeitos atuantes”. No contexto do filme, esse gesto se materializa como uma estratégia de reafirmação identitária, na qual as mulheres rompem com o silêncio imposto e reafirmam seu papel na construção da memória política e social brasileira. A estética escolhida aprofunda a narrativa ao criar uma aura que permite sentir o impacto emocional do cárcere.

Torre das Donzelas utiliza seus recursos visuais, sonoros e narrativos para elaborar caminhos que transcendem o relato histórico, criando um espaço de memória íntimo e coletivo, doloroso e inspirador. Tal escolha enriquece a narrativa e aproxima o espectador das experiências vividas por Dilma Rousseff, que, durante a produção do documentário, enfrentava o processo de impeachment à Presidência da República, e pelas demais ex-presas políticas, criando uma ponte sensorial entre o passado e o presente. A reconstrução cenográfica da prisão, o uso de imagens subjetivas e a sobreposição de vozes ajudam a humanizar essas mulheres, que, décadas depois, revisitam suas memórias e reafirmam suas identidades como jovens ativistas que resistiram à repressão. No caso da ex-presidente Dilma Rousseff, a narrativa ultrapassa a figura pública e política que o Brasil conheceu, revelando a jovem militante que enfrentou o cárcere, a tortura e o medo. Esse mergulho sensorial permite ao espectador compreender que, antes da persona política, havia uma jovem idealista disposta a lutar por seus princípios.

A estética como ponte de empatia: memória e sensibilidade no documentário

Essa imersão pode ser analisada à luz do conceito de “ajustamento”, descrito por Eric Landowski em sua obra *Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido*. O regime de ajustamento, segundo Landowski (2005), não ocorre a partir de uma imposição externa ou de uma adaptação automática às regras preestabelecidas, como no regime da programação. Trata-se, ao contrário, de uma interação sensível e recíproca entre sujeitos que, ao compartilharem experiências e sensações, constroem um entendimento conjunto.

No filme, esse processo é perceptível na maneira como o público, guiado pelas memórias narradas, é levado a “ajustar-se” emocionalmente ao universo das presas, reconhecendo, em suas histórias, uma dimensão humana que transcende os rótulos políticos.

A humanização dessas mulheres — que eram jovens militantes na época e que, décadas depois, assumiram diferentes papéis na sociedade, como o de Dilma Rousseff ao se tornar presidente do Brasil — é fortalecida por essa interação sensorial. O documentário não as retrata como figuras distantes ou exclusivamente políticas, mas como pessoas que viveram o trauma da prisão, enfrentaram a violência e preservaram sua capacidade de resistir e narrar suas vivências. O ajustamento aqui ocorre exatamente na interseção entre as escolhas estéticas e a abertura emocional do espectador, que, ao conectar-se com as memórias dessas mulheres, passa a compreender o passado como uma experiência sensível e viva.

É importante trazer à discussão o conceito de “contágio” na sociossemiótica, tal como proposto por Eric Landowski (2004), que ultrapassa a noção restrita comumente associada à transmissão de doenças no campo epidemiológico. Aqui, o contágio não ocorre pela difusão mecânica de um agente externo, mas por meio de uma dinâmica sensorial que estabelece uma conexão direta entre os sujeitos. Trata-se de uma relação baseada na partilha de estados emocionais, em que o sentir de um indivíduo desperta, de maneira espontânea, uma reação semelhante no outro. Essa troca acontece não pela presença de um objeto específico que provoque determinada emoção, mas pela simples percepção da manifestação dessa emoção no outro.

Essa interação é facilmente observada em situações cotidianas. O riso, o bocejo ou até o desejo são exemplos clássicos desse tipo de contágio. Não é preciso que o espectador compreenda o motivo exato de uma risada para que sinta vontade de rir também; basta que o riso alheio transpareça de forma autêntica. O bocejo segue a mesma lógica: ao ver alguém bocejar, muitas vezes o observador é tomado pela vontade de bocejar, mesmo sem sentir, inicialmente, cansaço. Essa conexão não se dá por imitação consciente, nem pelo exercício cognitivo da empatia, mas pela presença viva de corpos que compartilham, ainda que temporariamente, o mesmo estado emocional.

Landowski (2004) enfatiza que esse fenômeno ocorre no plano estésico, ou seja, na esfera sensível, em que as manifestações corporais ganham poder comunicativo. Não há necessidade de uma intenção prévia de influenciar o outro; basta a exposição natural de um estado emocional para que o contágio aconteça. Assim, o contágio, na perspectiva

sociossemiótica, revela-se como um processo interativo baseado na sensibilidade partilhada, no qual os sujeitos se conectam a partir de suas experiências perceptivas, criando uma comunhão momentânea de emoções e sentidos.

É importante perceber que esta narrativa filmica estabelece uma dinâmica que remete à noção de “partilha do sensível”, proposta por Jacques Rancière (2015, p. 15), ao apresentar a memória coletiva das ex-presas políticas como um território em que o individual e o coletivo se entrelaçam. Essa partilha consiste em um sistema de evidências que torna visível aquilo que é comum (Rancière, 2015), ao mesmo tempo que demarca as diferenças e os lugares ocupados por distintos sujeitos no tecido social.

A narrativa permite que o espectador transite entre as histórias singulares e o contexto histórico que as conecta, o que pode propiciar uma vivência sensorial da memória, conduzindo o público a perceber a dimensão emocional e política que permeia o passado carcerário dessas militantes. A obra se configura como um testemunho coletivo que reafirma a importância de reconhecer as marcas deixadas pela ditadura na memória social brasileira. Essa construção remete ao conceito de “partilha do sensível”, conforme descrito por Rancière (2015, p. 15), como um sistema de evidências que revela, simultaneamente, o que é comum e as divisões que definem lugares e funções específicas dentro desse conjunto. Assim, a obra resgata a memória coletiva das mulheres que enfrentaram a repressão durante a ditadura militar, destacando suas trajetórias individuais e criando uma experiência que conecta o pessoal ao coletivo.

Nesse sentido, o filme estabelece uma dinâmica que permite ao espectador vivenciar a interseção entre histórias particulares e a narrativa histórica mais ampla. A memória de cada ex-prisioneira se entrelaça com o contexto coletivo da prisão, reforçando a importância de compreender o passado como um mosaico de vivências singulares que, juntas, compõem uma identidade coletiva. Rancière (2015, p. 15) explica que o conceito de partilha do sensível pode se materializar a partir de uma organização de espaços, tempos e atividades, definindo de que maneira o comum se torna acessível e como os indivíduos participam dessa construção simbólica:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares funda-se em uma partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a

maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2015, p. 15).

Ao recriar cenograficamente o ambiente da ala feminina do Presídio Tiradentes, o documentário de Susanna Lira estabelece um elo sensorial entre o passado e o presente. Cada detalhe cenográfico, cada traço desenhado em giz sobre a lousa, torna-se uma chave de acesso a memórias que, ao se conectarem, compõem uma narrativa coletiva de resistência. O filme transforma o espaço prisional em um território simbólico de memória e identidade, evidenciando como essas experiências compartilhadas se perpetuam no tecido social. Nesse contexto, o pensamento de Jacques Rancière oferece uma importante lente teórica para compreender a dimensão política desse ato de rememoração. O autor propõe que a experiência política não se restringe às instituições ou aos discursos oficiais, mas se manifesta também nas relações sensíveis que permeiam o cotidiano social. Segundo o filósofo, a construção de uma memória compartilhada depende da capacidade de dar visibilidade às experiências que, por muito tempo, foram relegadas à margem da narrativa histórica oficial:

É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2015, p. 16-17).

O filme documental constrói uma narrativa que revela como a percepção coletiva de determinados acontecimentos é moldada pela maneira como indivíduos vivenciam e compartilham suas memórias. Os relatos apresentados no filme, repletos de emoções intensas e camadas psicológicas profundas, ilustram a complexidade da relação entre a dor pessoal e a força coletiva. O processo de reviver e contar essas histórias expõe os traumas vividos e reforça a sensação de pertencimento a uma trajetória comum.

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela 'ocupação' define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. (RANCIÈRE, 2015, p. 16).

Torre das Donzelas propõe uma imersão sensível na memória coletiva, desafiando o espectador a olhar para a história a partir de novas perspectivas. O filme constrói uma

ponte entre o pessoal e o coletivo, mostrando como experiências individuais se entrelaçam em uma narrativa que reafirma a importância da liberdade e da resistência. Essa abordagem preserva o testemunho das mulheres que viveram a prisão política e transforma a lembrança em um ato político, o que influencia profundamente a forma como percebemos o mundo ao nosso redor. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir (RANCIÈRE, 2015, p. 16).

A obra audiovisual adota uma perspectiva poética que se manifesta com sutileza por meio de recursos visuais e sonoros cuidadosamente orquestrados. Fotografias que eternizam a brutalidade do regime militar, uma trilha sonora que amplifica a carga emocional e depoimentos pungentes se entrelaçam para compor uma memória viva da repressão. Entre as estratégias adotadas, destaca-se um gesto simbólico de grande impacto: décadas após enfrentarem a violência da ditadura, as ex-presas políticas seguram um giz branco e, diante de uma lousa, desenham as linhas de um passado que, embora marcado pela dor, permanece inquebrantável na memória coletiva.

Considerações finais

O impacto de *Torre das Donzelas* transcende a esfera cinematográfica e ressalta sua relevância cultural e política na capacidade de provocar o espectador a olhar para a história com empatia, entendimento crítico e responsabilidade.

A análise busca evidenciar como o documentário de Susanna Lira, ao lançar mão de estratégias estéticas e narrativas singulares, estabelece uma ponte entre passado e presente, convidando o público a vivenciar, de forma simbólica, as experiências traumáticas vividas pelas ex-presas políticas. Insere a mulher como protagonista de sua própria história e evita o anacronismo criado pela própria denominação do espaço chamado Torre das Donzelas. O uso de elementos visuais, como os desenhos em giz branco sobre a lousa, aliado à força dos depoimentos carregados de emoção, constrói uma atmosfera que remete à dor da repressão, mas também exalta a coragem daquelas que ousaram resistir.

Portanto, compreender o papel social de obras como *Torre das Donzelas* é reconhecer a importância da preservação da memória para a manutenção de uma sociedade democrática e consciente de sua trajetória. Ao dar visibilidade a essas mulheres

que resistiram às mais variadas formas de tortura física e psicológica, amplia-se o debate sobre os impactos da repressão e a persistência das lutas pela liberdade. Ao longo desta análise, destacou-se que a rememoração coletiva resgata o passado e o reposiciona no presente como um alerta contra práticas autoritárias. Assim, o documentário consolida-se como um valioso legado histórico, cultural e político, capaz de inspirar futuras gerações a valorizar a memória e a resistir a qualquer tentativa de apagamento da diversidade de pessoas que sofreram nas mãos dos torturadores.

Durante o regime militar, a juventude engajada politicamente encontrou na memória e no afeto instrumentos essenciais para a construção de uma identidade resiliente e contestadora. Em meio a um cenário de censura e violência, essas jovens cultivaram práticas que transcendiam o simples registro de fatos, transformando o ato de recordar em um gesto de resistência, reafirmando o compromisso com a liberdade e a democracia, mesmo diante da repressão.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Tortura. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014a. v. 1, cap. 9. p. 327-380.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LANDOWSKI, Eric. **Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido**. São Paulo: Annablume, 2005.

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RIBEIRO, A. P. G. Fim de ano: tempo de lembrar. in Fausto Neto, A. E.; Pinto, M. J. (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VALDES, Daiane; VICENTE, Keide Batista. **Assim, por solidariedade: memórias de mulheres sobre a ditadura militar (1964-1985)**. v. 49 ed. especial (2024): Educação, democracia e Estado autoritário: 60 anos do golpe militar no Brasil.